

Bruno Sanches Ranzani da Silva é mestre em antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutorando em história cultural na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e foi professor temporário no Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL).

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. O livro foi traduzido para o português. *O gozo intelectual*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
2. Wagensberg, J. *O gozo intelectual*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p.14.
3. Freire, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
4. Wagensberg, J. *Op. Cit.* 2009. p.15.
5. Rousseau, J. J. *Emílio ou da educação*. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.
6. Funari, P. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003. p.15.
7. Gumbrecht, H. U. "Depois de 'Depois de aprender com a história', o que fazer com o passado agora?". In: Nicolazzi, F.; Mollo, H. M.; Araujo, V. L. (orgs). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora da FGV. 2011.
8. Davis, H. "The crisis in American archaeology - an increase in destruction and decreased funding for salvage has created an archaeological crisis", *Science*, Vol. 175, pp. 267-272. 1972.
9. Schadla-Hall, T. "Editorial: Public archaeology." *European Journal of Archaeology*, pp. 147-158. 1999.
10. Merriman, N. "Introduction. Diversity and dissonance in public archaeology." In: *Public Archaeology*, edição: Nick Merriman. London/New York: Routledge, 2004a.
11. *Ibidem*, p.8.
12. Holtorf, C. *Archaeology is a brand!* Oxford: Archeopress, 2007a. p.2.
13. Holtorf, C. *Op. Cit.*
14. BBC. *A incrível jornada humana*. 2009, UK, BBC.
15. Spielberg, S. *Indiana Jones e os caçadores da arca perdida*. 1981, EUA, Lucasfilm.
16. Trigger, B. *História do pensamento arqueológico*. Tradução: Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odisseus, 2004.
17. Spielberg, S. *Indiana Jones e o templo da perdição*. 1984. EUA, Lucasfilm.
18. Spielberg, S. *Indiana Jones e o reino da caveira de cristal*. 2008. EUA. Lucasfilm.
19. Spielberg, S. *Indiana Jones e a última cruzada*. 1989. EUA. Lucasfilm.
20. Holtorf, C. "An archaeological fashion show." In: Clack, T. e Brittain, M. *Archaeology and the media*. Walnut Creek: Left Coast. 2007b.
21. Eco, U. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
22. *Ibidem*, p.49.
23. *Ibidem*, p.51.
24. Zanettini, P. E. "Indiana Jones deve morrer." *Jornal da Tarde*, pp.4-5. Maio 1991.
25. Eco, U. *Op. Cit.*, p.52.

DIVULGANDO A ARQUEOLOGIA: COMUNICANDO O CONHECIMENTO PARA A SOCIEDADE

Camila Delmondes Dias
Cristiane Delfina
Glória Tega-Calippo
Maria Beatriz Rocha Ferreira
Maria Clara Ferreira Guimarães
Vera Regina Toledo Camargo

Entendemos que a parceria entre a divulgação científica e a ciência arqueológica tem por objetivo estimular a reflexão, interação e a compreensão desta ciência; bem como incentivar a disseminação de informações científicas geradas pelos arqueólogos, para a sociedade, e também, não menos importante, fornecer a eles subsídios que facilitem suas relações com os meios de comunicação de massa. Para que uma informação se torne acessível e compreensível é necessário utilizar as ferramentas e ações da divulgação científica.

A divulgação científica pressupõe ações de (re)codificação, isto é, utilizamos recursos para que a linguagem especializada e codificada do cientista possa ser difundida não somente entre os cientistas (denominamos de comunicação primária, quando uma linguagem está carregada de códigos e termos técnicos), mas é necessário que adquira outro formato, mais acessível, para chegar até o público. Através de um planejamento é importante que a divulgação da ciência possa ser difundida não apenas na mídia impressa (jornais, revistas e livros), mas também nos canais audiovisuais e nas mídias interativas e sociais, e esse processo é o que chamamos de comunicação secundária, ou seja, quando mediada pela mídia.

Para que a ciência arqueológica obtenha a sua compreensão e que possa difundir a informação de seus conteúdos, é importante criar condições e proporcionar materiais e suportes de modo que a sociedade, como um todo, possa entender e ter acesso ao conhecimento e que compreenda o seu valor e importância.

LINGUAGEM AUDIOVISUAL A arqueologia é um tema bem explorado pela linguagem audiovisual. São recorrentes os programas sobre o assunto em canais como Discovery Channel, National Geographic, documentários e filmes de ficção.

Nos processos práticos de trabalho em campo, as ferramentas e peças encontradas e os temas das pesquisas são dinâmicos, ilustrativos e podem ser bem retratados em vídeo.

A pura materialidade da arqueologia tem oferecido continuamente elementos visuais para serem filmados. E evidentemente a arqueologia é – mesmo que isto não seja reconhecido por todo o mundo – uma disciplina fortemente visual, como tem dito bem Stephanie Moser (1998), pioneira na análise da dimensão propriamente visual da arqueologia. (1)

Talvez por isso existam inúmeros programas de TV, filmes de ficção e documentários voltados para o tema. Um recente e grande exemplo de abordagem da arqueologia pela linguagem audiovisual documentária é o filme *A caverna dos sonhos esquecidos* (2). Segundo o material promocional do filme, trata-se de “um lugar extraordinário e desconhecido revelado, pela primeira vez, pelo diretor alemão Werner Herzog, que capta a beleza dos desenhos e o admirável interior da caverna, onde apenas poucos cientistas têm permissão para entrar”.

A Caverna de Chauvet ou Chauvet-Pont-d’Arc está localizada perto de Vallon-Pont-d’Arc, no sul da França, é um dos mais importantes sítios pré-históricos do mundo. A caverna está fechada por grossas portas de ferro para manter a atmosfera e o delicado ambiente de cristais de calcita, ossadas de animais e pinturas datadas em mais de 30 mil anos, encontrados em 1994, por um trio de espeleólogos. O importante dessa descoberta é que a caverna continha os restos fossilizados de muitos animais – incluindo alguns já extintos – e suas paredes guardam centenas de pinturas rupestres intocadas que retratam 13 espécies de diferentes animais, incluindo cavalos, bois, leões, ursos e rinocerontes. Nas irregularidades das paredes, os contornos dos desenhos e os músculos dos animais interagem com as saliências dos cristais e dão a impressionante ideia de movimento.

Como Herzog mesmo narra, sua equipe pode ter sido a única a registrar a riqueza ali protegida. Ele utiliza esse privilégio para levar ao público – inclusive com a filmagem e exibição do filme em 3D – o máximo de detalhes e sensações que ele, sua equipe e os cientistas ali presenciaram.

Todos os sentidos são tratados no filme: a visão, com as imagens brincalhonas, que parecem se mover às luzes das lanternas (e que, antes das portas codificadas, deveriam interagir com os raios de sol); o som, quando o pesquisador pede, impositivamente, que fiquem em silêncio para ouvirem as batidas de seus corações; o tato, totalmente proibido; e até mesmo os cheiros da caverna são abordados, com o depoimento de Maurice Maurin, perfumista, ex-presidente da sociedade francesa de perfumistas: “De que outra forma nós teríamos acesso a esse patrimônio, tão distante não só geograficamente, mas – sob a necessidade de ser preservado – de quase todas as pessoas?”, indaga ele.

Herzog faz o seu recorte do que presenciou e, generosamente, nos leva também a seu mundo de aparatos técnicos, diálogos e impressões, que em conjunto com depoimentos importantes dos pesquisadores, gráficos e demonstrações, constroem um rico conteúdo científico e, por sua maestria narrativa, atrai também aos não cientistas.

Entretanto, explicar, informar. Qual é a função de uma produção audiovisual que tem como objeto principal uma disciplina ou assunto científico? Será que essas funções não podem se complementar?

O fascínio de todos os públicos pela arqueologia significa que os arqueólogos, cada vez mais, têm de se relacionar com os diferentes meios, com certeza mais do que outras disciplinas e, por isso, tem sido uma questão crucial como se comunicar com as audiências por meio dos diferentes meios e como os próprios meios veem a arqueologia (3).

Vemos também outras relações entre o audiovisual e a arqueologia. Diferente de um ser o objeto do outro, um pode estar a serviço do outro. É cada dia mais comum o registro de trabalhos de análise e

escavações em vídeo. Em 2012, por exemplo, ocorreu, durante a VI Reunião de Teoria Arqueológica da América do Sul, o simpósio “Território audiovisual – imagens e sons como estratégia metodológica de pesquisa”, proposto por Fernanda Elisa Costa P. Resende e Téder Muniz Moras. A pesquisadora Fernanda trabalhou os acervos audiovisuais que permitem a renovação e a reelaboração de trabalhos, a cada consulta. Eles comportam mudanças e complementações nas formas de olhar e de recriação de outras experiências, em diferentes tempos e lugares, acerca de novas problemáticas que possam ser construídas. Nesse sentido, documentar atividades de campo ou laboratório, arqueológicas e antropológicas, é tão fundamental quanto a própria escavação ou a cobertura de um evento sociocultural.”

O suporte audiovisual permite leituras não só das peças e processos captados, mas do espaço, das interações, do trabalho executado. É possível registrar um momento e o estado das coisas que não estarão jamais na mesma posição após a intervenção dos arqueólogos, a escavação. Ainda, o uso dos recursos audiovisuais não são apenas suportes para documentação, registro de dados e/ou divulgação de informações. Essas são peças que falam de seu tempo, seus olhares, seus recortes e temas de discussão e estudos. “Ainda que um filme não possa ser entendido como o testemunho direto da história, ele pode ser entendido como o testemunho de uma maneira de vê-la ou escrevê-la, em um determinado momento” (4).

Ao falar das representações da história por meio de textos e filmes, Rosenstone (5) levanta as opiniões divergentes de autores acerca desses dois suportes ao tratarem da história e enfatiza a preocupação que se deve ter com as peculiaridades de cada um, pois o vídeo, apesar de irromper em informações visuais e sonoras, não nos deixa tempo para reflexão e questionamento, como o texto permite.

MÍDIA IMPRESSA Na mídia impressa (revistas, jornais, entre outros) o tema arqueologia também ganha destaque. No entanto, as matérias acabam constantemente tratando das mesmas pesquisas e, sobretudo, daquelas realizadas fora do Brasil. Isso pode ser medido por um estudo realizado (6) com o objetivo de analisar o processo de comunicação por meio do qual o conhecimento arqueológico é divulgado em reportagens e notícias publicadas na *Folha de S. Paulo*.

A primeira parte do estudo analisou quantitativamente 935 matérias sobre arqueologia publicadas no jornal, entre 2000 e 2010. As matérias foram comparadas com portarias de pesquisas arqueológicas emitidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de 2003 a 2009, realizado por Zanettini e Wichers (7; 8).

Primeiramente, para definir um texto como “uma matéria de arqueologia”, partiu-se do conceito formulado por Funari, segundo o qual, “a arqueologia estuda, diretamente, a totalidade material apropriada pelas sociedades humanas, como parte de uma cultura total, material e imaterial, sem limitações de caráter cronológico” (9).

Os textos foram primeiramente classificados por local de realização da pesquisa (Brasil ou mundo). Separadas as matérias que se referiam ao Brasil, essas foram classificadas como passíveis de comparação com as portarias de autorização e permissão emitidas para pesquisas pelo Iphan, ou seja, se realmente se tratavam de pesquisas arqueológicas, as quais foram divididas em pesquisas de arqueolo-

gia preventiva (setor da arqueologia que está diretamente envolvido com o licenciamento ambiental de empreendimentos que podem vir a gerar impactos sobre o patrimônio arqueológico. Neste setor, empresas de arqueologia, arqueólogos independentes e instituições públicas atuam no sentido de avaliar, mitigar e compensar a sociedade em geral por esses impactos, diferentemente das pesquisas de cunho acadêmico) e pesquisas acadêmicas.

A primeira afirmação que se pode fazer é que, exceto no ano 2000, o número de matérias que tratam de assuntos relacionados à arqueologia no mundo sempre foi superior àquelas relativas ao Brasil, assim como sugerem Amorim e Massarani a respeito da “predominância de pesquisas provenientes do exterior nos jornais (...), particularmente de países do dito primeiro mundo” (10), mesmo depois de 2003 quando, supomos, o número de publicações já deveria começar a refletir o crescimento no número das pesquisas, já que a Portaria 230 do Iphan foi instituída em dezembro de 2002 (Portaria que passou a exigir que o licenciamento ambiental contemplasse também a pesquisa a arqueológica).

Assim, o número de matérias publicadas entre 2000 e 2010 sobre pesquisas realizadas no mundo ainda é esmagadoramente maior se comparado às matérias que abordam as pesquisas feitas no Brasil, o que poderia ser explicado, talvez, pela publicação de matérias provenientes de agências internacionais de notícias, como a Thomson Reuters, Agence France-Presse, entre outras. A única exceção pôde ser observada no ano 2000 (82 matérias sobre arqueologia no Brasil e 48 no mundo), porém esse número foi bastante influenciado por textos relativos às comemorações dos 500 anos do Brasil (22 textos), que pode ter dirigido as pautas a matérias com temas correlacionados.

Com o objetivo de se comparar numericamente as matérias publicadas na *Folha* com o número de portarias emitidas, segue a tabela sistematizada por Wichers (8).

Segundo a autora, a primeira coluna corresponde a todas as portarias de pesquisa emitidas pelo Iphan e publicadas no Diário Oficial da União entre janeiro de 2003 e dezembro de 2009, totalizando 3.422. Porém, esse total corresponde a portarias de autorização,

permissão, prorrogação e renovação, além de portarias voltadas à publicação de normas e orientações. Por isso, os números contidos na segunda coluna são aqueles que consideramos relevantes para a comparação direta com as matérias publicadas na *Folha*, pois correspondem apenas às portarias de autorização e permissão, totalizando 2.888 portarias, e, dessa maneira, referem-se à realização de pesquisas arqueológicas propriamente ditas, tendo muito mais chance de gerar matérias jornalísticas.

No entanto, ao observarmos o gráfico abaixo, é possível notar que, entre 2003 (ano pós publicação da portaria) e 2006, há uma oscilação, mas dentro de uma média próxima a 20 matérias por ano. Excluindo o ano de 2000, por ser uma exceção, a média anual de matérias publicadas é de 15. Entretanto, o gráfico também deixa evidente que o número de matérias publicadas chega a ser ínfimo perante o número de pesquisas realizadas, quando comparados os mesmos anos dos dois levantamentos, e não acompanha, portanto, o crescimento das pesquisas realizadas no Brasil.

Comparando o levantamento das portarias de pesquisas arqueológicas emitidas pelo Iphan de 2003 a 2009, realizado por Zanetini e Wichers (8; 9), com o levantamento das matérias que fazem referência à arqueologia publicadas na *Folha*, podemos concluir que as matérias encontradas no período acompanham apenas tendencialmente as pesquisas realizadas no Brasil. Isso porque se verificou tal tendência somente em aspectos concernentes ao pico de crescimento na emissão das portarias no biênio 2007/2008 e a tendência de aumento na publicação de matérias a partir de 2007.

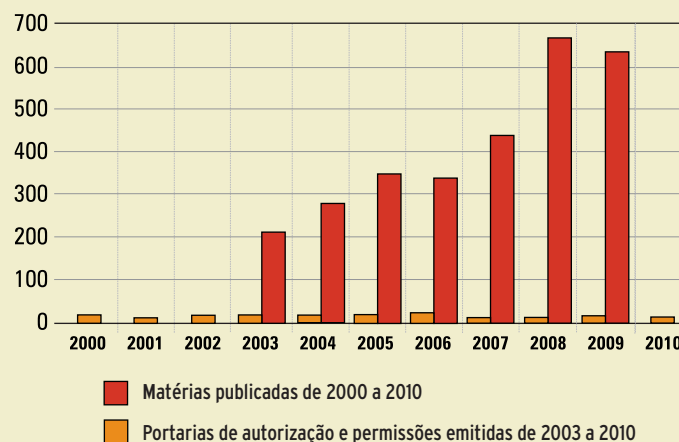
Desse modo, quantitativamente, o número de textos publicados na *Folha de S. Paulo* não vem acompanhando o grande crescimento das pesquisas em arqueologia realizadas no Brasil – fica muito longe, aliás. É preciso considerar que a *Folha* já tem um espaço pré-determinado para as matérias do caderno Ciência; porém, acreditamos que não há uma regra para a ocupação desse espaço, ou seja, se o jornalista se deparar mais constantemente com interessantes sugestões de pauta sobre as pesquisas arqueológicas, se houver uma postura proativa pela qual o assunto arqueologia possa chegar até o jornalista da redação, o

Tabela 1: Portarias de pesquisa emitidas para o território brasileiro

Ano	Total de portarias emitidas	Total de portarias de autorização e permissão
2003	269	214
2004	327	275
2005	397	346
2006	397	333
2007	507	436
2008	771	653
2009	754	631
TOTAL	3.422	2.888

Adaptado de Wichers

Gráfico 1: Matérias publicadas na *Folha de S. Paulo* e portarias de autorização e permissões emitidas



mesmo espaço disponível será mais vezes ocupado por matérias sobre arqueologia (8). Porém, analisando as tabelas e os gráficos sobre o levantamento das matérias publicadas na *Folha*, podemos notar que não há uma constância nas publicações: em um ano elas aumentam e em outro, diminuem, não sendo possível obter qualquer tipo de explicação para isso por meio de comparação entre os dados levantados na *Folha* e os dados obtidos por Zanettini e Wichers (8; 9) sobre o número de pesquisas realizadas. No entanto, é preciso ter em mente que:

no âmbito da divulgação científica, embora a Portaria 230/02 tenha permitido uma ampliação da relação entre prática arqueológica e sociedade, estabelecendo a obrigatoriedade das ações de educação patrimonial em todos os processos de licenciamento arqueológico, não podemos deixar de apontar certo reducionismo, uma vez que a comunicação e divulgação científica envolvem processos para além das ações educativas enquadradas na metodologia da educação patrimonial (14).

Podemos fazer especulações para tentar explicar o porquê de o número de publicações na *Folha de S. Paulo* não ter acompanhado o crescimento das pesquisas, tendencialmente falando – “tendencialmente”, pois jamais o número de matérias publicadas irá se equiparar com o número de portarias de autorização e permissão emitidas. Talvez, o número de textos reflita a falta de interesse pela divulgação por parte dos arqueólogos, mas também pode ser reflexo da falta de conhecimento desse universo (arqueologia, pesquisas acadêmicas e preventivas, dificuldades de obtenção de fontes de informação) por parte dos jornalistas, que acabam se interessando pelas mesmas pesquisas científicas, como aquelas realizadas em Lagoa Santa, Serra da Capivara ou floresta amazônica, ou se preocupam apenas em formular matérias que possam retratar o caráter “antigo” e grandes descobertas (7). Assim como Zanettini observou em 1991: “(...) acompanho os noticiários em nossos principais periódicos e o que vejo? Que a múmia mais antiga do mundo já foi descoberta centenas de vezes, que a imprensa escrita devota pouco espaço às descobertas feitas em território nacional” (14).

DA ARQUEOLOGIA PARA TODOS Queremos enfatizar aos arqueólogos a importância de divulgarem suas pesquisas. Isso porque as matérias trazem fontes tradicionalmente buscadas e utilizadas pelos jornalistas para construir os textos, como professores e pesquisadores de universidades nacionais e estrangeiras e revistas científicas, como a *Nature*. Isso pode sugerir que a iniciativa da matéria foi jornalística e não um esforço da comunidade de arqueólogos em divulgar essas pesquisas (7).

É importante destacar, neste sentido, que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) abriu recentemente, em sua plataforma eletrônica Lattes, a oportunidade para que mais de 1,8 milhão de pesquisadores passassem a informar, não apenas as inovações de seus projetos e pesquisas, como também suas

iniciativas de divulgação e educação científica. Com a mudança, conforme publicou o jornal *Folha de S. Paulo*, em março de 2012, cientistas de todos os campos de investigação passaram a contar com um espaço próprio no Lattes, para fornecer dados sobre a organização de feiras de ciências, promoção de palestras em escolas, artigos e entrevistas concedidas à imprensa.

Diante do reconhecimento institucionalizado pelo CNPq das ações de divulgação científica realizadas, é crescente o número de pesquisadores preocupados em compreender o funcionamento da mídia em geral e suas especificidades; e atentos à necessidade de adquirir conhecimento, mesmo que de maneira superficial, de *ações-chave* de comunicação, para quando a demanda de falar diretamente com o seu público-alvo se fizer necessária. Vale lembrar, nesse sentido, que a comunicação científica, voltada para o público de especialistas é diferente daquela utilizada pelos meios de comunicação ou de divulgação científica em geral. Ambas se distinguem quanto às suas práxis pelo perfil do público, o nível do discurso, a natureza dos canais ou ambientes utilizados. Nesse cenário, também é importante destacar o papel atual das redes de comunicação e seu alto índice de interatividade, ligando o consumidor da informação diretamente ao emissor, diminuindo as distâncias sociais e fomentando o exercício da cidadania digital.

Por isso, mesmo considerando a imprensa como um importante canal de comunicação, é preciso compreender que a responsabilidade de se comunicar diretamente com o público de uma determinada área, como a arqueologia, por exemplo, é ainda maior. Além de trabalhar o conteúdo de seus artigos acadêmicos para uma linguagem “mais acessível”, o pesquisador terá pela frente o desafio de dialogar com a mídia tradicional, que ainda se adéqua ao contexto da comunicação em rede e que

ainda padece de pouco espaço para a divulgação de temas ligados ao desenvolvimento científico e tecnológico, deixando de reproduzir, com a competência necessária, o que é de fato relevante para a comunidade como um todo e para o avanço do conhecimento.

Entretanto, é preciso dizer que existe sim um caminho para que essa realidade mude e que a divulgação científica possa estar presente em todas as ações dos cientistas. Acreditamos que essa divulgação deve partir dos centros de pesquisas, empresas de licenciamento arqueológico, enfim, a dinâmica deve ser da difusão do conhecimento para a imprensa e, assim, para o público.

Dessa maneira, mesmo que os meios de comunicação já tenham um espaço pré-determinado para as matérias científicas, o tema arqueologia passaria a ser mais frequente nesses espaços e, acima de tudo, a realidade da pesquisa arqueológica brasileira poderia ser retratada tal qual ela é. Mas qual é a tarefa de cada profissional no momento de divulgar o conteúdo arqueológico?

AS INTERAÇÕES DAS ESFERAS DE COMUNICAÇÃO Muitas vezes, na divulgação midiática de pesquisas e projetos científicos, o profissional da área de comunicação tropeça em questões teóricas, não dá a devida importância para a pesquisa em si, põe em foco questões

**A IMPRENSA
ESCRITA DEVOTA
POUCO ESPAÇO
ÀS DESCOBERTAS
FEITAS EM
TERRITÓRIO
NACIONAL**

do processo de pesquisa que são irrelevantes para o projeto e para o pesquisador, ou mesmo propaga conhecimentos e crenças populares ao invés de ser “fiel” ao trabalho do pesquisador. Já o pesquisador, ao escrever sobre seu projeto ou pesquisa, esquece por vezes que aqueles que lerão nem sempre tem conhecimento linguístico da área e utilizam uma linguagem não acessível a pessoas que não pertencem ao meio acadêmico e, dessa forma, traem a divulgação de sua pesquisa.

Esse problema de divulgação é explicável devido às esferas de atividade humana (15), que possuem, cada uma delas, suas respectivas esferas de comunicação, e dentro dessas esferas se apresentam os gêneros (16).

O jornalista está dentro de uma esfera que tem como foco a comunicação em si e não o que se comunica, o foco é uma linguagem acessível, interessante e que chame a atenção do público para comprar e consumir os textos e artigos que são escritos e, se for preciso, sacrifica o conteúdo em prol da atenção do público e da linguagem. Já o pesquisador está em uma esfera que o foco é o conteúdo, o objeto de pesquisa e a pesquisa em si e, muitas vezes, sacrifica um grupo extenso de leitores através da linguagem específica, científica e não acessível. Portanto, ao escrever, os dois profissionais têm de ter em mente que sua esfera de atividade humana e, por consequência, de comunicação, se complexifica. No caso do jornalista, quando ele escreve sobre um projeto científico, sua área de atividade humana não é apenas a comunicação, mas a comunicação científica, e no caso do cientista ou pesquisador é preciso considerar que a divulgação de sua pesquisa não deve ser feita apenas para a comunidade científica, mas para o público em geral. Dessa forma, o pesquisador precisa constantemente pensar mais nesse público e, conseqüentemente, na linguagem utilizada. Por outro lado, o jornalista precisa ficar mais atento à pesquisa que está sendo divulgada, um precisa aprender mais do outro, permitindo-se entrar mais numa esfera de atividade humana a qual não pertence originalmente.

O principal motivo desse intercâmbio de intenções ao escrever é aumentar o acesso do público à ciência, no caso a arqueologia, de forma compreensível e acessível.

A academia não pode estar voltada apenas para seu público interno, é muito importante que as informações sejam divulgadas e não permaneçam circulando em um grupo fechado, até para que haja crescimento da própria comunidade científica.

Camila Delmondes Dias é jornalista, especialista em jornalismo científico (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Trabalha com gestão de negócios, marketing, publicidade e propaganda, e organização de eventos.

Cristiane Delfina é graduada em design pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e mestranda em divulgação científica e cultural (Unicamp), atuou com produção e edição de documentários para a TV Futura, canal RBS SC e empresas como a Fundação Vale e Natura.

Glória Tega-Calippo é jornalista, especialista em divulgação científica (USP), mestre em divulgação científica e cultural (Unicamp), colaboradora do Laboratório de Arqueologia Pública (LAP/Unicamp). Autora da dissertação “Arqueologia em notícia: pesquisas impressas, sentidos circulantes e memórias descobertas”, Labjor/IEL/Unicamp.

Maria Beatriz Rocha Ferreira é livre-docente pela Faculdade de Educação Física da Unicamp, com doutorado em antropologia. Programa Capes/Professor Nacional Visitante Sênior na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Maria Clara Ferreira Guimarães é graduanda em linguística na Unicamp e bolsista CNPq na área de Iniciação Científica em Divulgação Científica, na Unicamp.

Vera Regina Toledo Camargo é doutora em comunicação, com pos-doc em multimídia/Unicamp. Pesquisadora do Labjor/Unicamp, professora credenciada no Programa de Mestrado em Divulgação Científica e Cultura (IEL-Labjor-Unicamp).

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Zapatero, G. R.; Castaño, A. M. M. “Arqueologia e cinema, uma história em comum”. *Publicação Anual* nº 3, p.19. 2008. pp.19-31.
2. Herzog, W. *Cave of forgotten dreams*. [documentário]. Produção e direção de Werner Herzog. França, Canadá, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Creative Differences, History Films, Ministère de la Culture et de la Communication, 2010. 90 minutos.
3. Zapatero, G. R.; Castaño, A. M. M., 2008. *Op. Cit.*
4. Ferro, 1992. *Apud* Rezende, L.A. “História das ciências no ensino de ciências: contribuições dos recursos audiovisuais”. *Ciência em Tela* [periódico na Internet]. 2008
5. Rosenstone, R.A. “History in images/History in words: reflections on the possibility of really putting history onto film”. *The American Historical Review*, Vol.93, nº 5. pp. 1173-1185. 1988.
6. Tega-Calippo, G. M. V. “Arqueologia em notícia: pesquisas impressas, sentidos circulantes e memórias descobertas”. 179 f. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural da Unicamp, Campinas, 2012.
7. Zanettini, P. E. “Projetar o futuro para a arqueologia brasileira: desafio de todos”. *Revista de Arqueologia Americana*, nº 27, pp.71-87. 2009.
8. Wichers, C. A. de M. “Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: caminhos da prática brasileira”. 483p. Tese de doutorado em museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2010.
9. Funari, P. P. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003. p.15.
10. Amorim, L. H; Massarani, L. “Jornalismo científico: um estudo de caso de três jornais brasileiros”. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, Vol.1, nº 1, jan-abril 2008. p.80.
11. Wichers, C. A. de M., 2010. *Op. Cit.*, p.197.
12. Tega-Calippo, G. M. V.; Wichers, C. A. de M.; Zanettini, P. E. “Mosaico paulista: Guia do patrimônio arqueológico do estado de São Paulo. In: Anais da Reunião da Rede de Popularização da Ciência e da Tecnologia da América Latina e do Caribe, 17. 2011, Campinas: Unicamp, 2010.
13. Zanettini, P. E. “Indiana Jones deve morrer”. *Jornal da Tarde*, São Paulo, Caderno de Sábado, pp.4-5. 18 jul. 1991. p.4.
14. Bakhtin, M. (1979) “Os gêneros do discurso”. In: *Estética da criação verbal*. Trad: Pereira, M. E. G. G. São Paulo, Ed. Martins Fontan. 1997.
15. Sandig, B. (2000, Tübingen). “O texto como conceito prototípico”. In: *Linguística textual: perspectivas alemãs*. Trad: Wieser, H. P. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2009.
16. Funari, P. P.. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.
17. Morás, T.M.e Resende, E. C. P. “Território audiovisual - Imagens e sons como estratégia metodológica de pesquisa”. VI Reunião de Teoria Arqueológica da América do Sul. Goiânia, 2012.